

CICLOS ECONÔMICOS E DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

Leonardo Guimarães Neto

Introdução

Neste trabalho faz-se o exame, na evolução recente da economia brasileira, da relação entre o movimento cíclico e o agravamento, ou não, das desigualdades regionais. Embora sejam feitas observações sobre todas as regiões², o estudo centra a atenção na comparação entre a evolução do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e a do Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e, por vezes, na comparação entre o Nordeste e São Paulo.

Há algum tempo, este tema vem merecendo a atenção de pesquisadores. Sem a pretensão de levantar toda a bibliografia pertinente ou mesmo a sua maior parte – o que não constitui o objetivo do trabalho – cabe fazer referência a alguns estudos recentes que abordaram a questão. Esse levantamento constitui a primeira parte do presente trabalho.

Em seguida, faz-se um exame do movimento cíclico da economia brasileira a partir dos anos 50, procurando identificar as suas fases e seus pontos de inflexão. A terceira parte está voltada para a investigação sobre a evolução das regiões, tendo como cenário as fases dos ciclos econômicos descritas na segunda parte. Na parte final são feitas algumas considerações julgadas relevantes.

1 Economista e professor adjunto do Departamento e do Mestrado de Economia da Universidade Federal da Paraíba. Este trabalho contou com a colaboração de Paulo Ferraz Guimarães e Marta Ferraz Guimarães.

2 Aqui se adota a classificação tradicional das regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Outros cortes regionais menos tradicionais são considerados, quando a análise assim exigir. Neste caso, serão explicitadas as unidades federadas integrantes.

Alguns Antecedentes

Nos trabalhos em que abordou a questão regional, enfatizando sobretudo a formação do mercado interno brasileiro na industrialização, Wilson Cano chamava a atenção para as várias fases desse processo e a forma que tomava a articulação entre as regiões. Seu ponto de partida foi o de uma periodização da economia brasileira que considerava como ponto central a industrialização. Eram ressaltadas, entre outras, questões associadas ao caráter complementar e competitivo das demais regiões relativamente a São Paulo e, neste contexto, os momentos nos quais prevaleciam os efeitos inibidores, de estímulo ou destruidores. O autor chamava a atenção, em vários momentos da formação do mercado interno brasileiro e da articulação entre as várias e desiguais regiões, para o fato de que o dinamismo da economia embora compartilhado, geralmente, por todas as regiões, se dava de modo desigual, através de taxas diferentes de crescimento. Isto ocorria, sobretudo, quando já estava consolidada a articulação inter-regional no país (Cano, 1977 e 1985). O cenário, portanto, estava descrito nos seus estudos, a partir do fluxos e refluxos da economia brasileira, no processo de montagem de uma diversificada estrutura produtiva.

John Redwood, em trabalho publicado na segunda metade dos anos 70 (Redwood III, 1977), embora com reduzida disponibilidade de dados, mostrava que parte importante das explicações para a concentração da atividade econômica no território brasileiro estaria associado a momentos de expansão ou retração da economia nacional, em particular da sua indústria.

Segundo sua análise, as fases de concentração espacial estariam associadas a momentos caracterizados pela expansão da economia, enquanto que as de desconcentração estariam vinculadas a momentos de menor intensidade na atividade produtiva. Além desses movimentos, que se poderia identificar como de natureza estrutural, John Redwood destaca aspectos de natureza conjuntural que teriam, na experiência brasileira que analisou, reforçado, ou não, esta relação: secas, conjuntura de preços internacionais (Redwood III, 1977, p. 517 a 523).

Ao comparar a evolução do Nordeste com a de São Paulo, ele registra: "A periódica melhoria relativa na razão entre o produto médio do Nordeste ou outras parte da economia espacial e aquele de São Paulo resultou, em grande parte, de reduções a curto prazo no crescimento do produto deste último. Mais especificamente, reflete

o fato de que uma queda no crescimento econômico, resultante de uma redução na demanda agregada, tende a afetar de forma mais prejudicial o setor industrial. Um rápido aumento da demanda agregada, de idêntica maneira, produz um efeito desproporcionalmente expansivo sobre a produção industrial. A incidência diferencial desses efeitos, conseqüentemente, depende da distribuição regional do parque industrial nacional e, sobretudo, das indústrias mais sensíveis a rápidas mudanças na demanda agregada.” (Redwood III, 1977, p. 521)

Prosseguindo na sua análise, após considerar a influência que teve, em São Paulo, nos anos 50, o declínio dos preços internacionais do café e o impacto sobre a sua agricultura, John Redwood afirma que: “Após 1960, além disso, parece que o curso das disparidades regionais tomou-se mais função do comportamento cíclico da economia e da concentração espacial da indústria em São Paulo do que das ulteriores mudanças estruturais que ocorriam no seu setor agrícola. Em ambos os casos, vale observar, a evolução das desigualdades regionais e, mais especificamente, da razão entre níveis de produto entre São Paulo e o Nordeste constitui em grande parte função de fenômenos econômicos que afetam a taxa de expansão do produto no Estado de renda mais alta, e não da disseminação do crescimento pelas áreas mais pobres da periferia” (Redwood III, 1977, p. 525 e 526).

É importante considerar, nesta última constatação, que o autor contava, na sua análise, com informações que abrangiam até a primeira metade dos anos 70. Mudanças relevantes nas regiões periféricas ocorreram a partir do final do ciclo expansivo de 1967-73, como têm ressaltados estudos recentes sobre o processo de desconcentração econômica, constante, entre outros textos, de duas coletâneas recentemente publicadas pelo Instituto de Estudos do Setor Público da FUNDAP (Affonso & Silva, 1995; Affonso & Silva, 1995a).

De uma outra perspectiva, trabalho conjunto de professores do PIMES/UFPE, para o Ministério do Trabalho, que abordava a recessão e o desemprego nas regiões brasileiras, realizado na primeira metade dos anos 80, levanta questões a respeito do ciclo e o comportamento das economias regionais brasileiras (Gomes; Osório; & Ferreira Irmão, 1985).

Os autores examinaram, entre outros, dois aspectos que consideraram significativos no ajustamento do mercado de trabalho ao movimento da economia, em particular à crise dos anos 80: (i) o

“padrão temporal de difusão regional da crise” e (ii) o processo de informalização das relações de trabalho. O primeiro é que merece atenção especial para o desenvolvimento deste trabalho: “Com relação ao padrão temporal de difusão da crise é importante observar que os resultados da análise conjuntural do mercado de trabalho (capítulo 3) indicam que a crise inicialmente atingiu mais fortemente o mercado de trabalho no Sudeste, e nesta região a indústria de transformação, estendendo-se em seguida para o Sul e depois para o Nordeste. De forma simétrica, em 1984, especialmente no segundo semestre, quando se constatou uma tênue mais persistente elevação do emprego formal, o crescimento foi liderado pelo Sudeste e, dentro desta região, pela indústria de transformação – particularmente por aqueles setores mais voltados para a exportação ou a substituição de importações. Neste processo, o Nordeste tem caminhado com atraso considerável, em relação ao Sudeste.” (Gomes; Osório & Ferreira Irmão, 1985, p. 100).

Em seguida, é feita a associação entre, de um lado, o “padrão de difusão regional da crise” e, de outro lado, a política de estabilização implementada no Brasil³. Segundo sua análise, a dependência entre ambos: “... decorre, essencialmente, do fato de que a política de estabilização atua de forma mais acentuada sobre os setores formais da economia e, de forma especial, sobre aqueles setores mais integrados aos mercados interno e externo e mais dependentes de linhas regulares de crédito” (Gomes; Osório; Ferreira Irmão, 1977, p. 100). Por tais razões, continuam (p. 101), é que se deve considerar, principalmente, o peso relativo de regiões, no cenário nacional, e, com base nisto, verificar o impacto inicial das políticas e seu encadeamento de “segundo grau”, sobre as demais.

A preocupação desses autores estaria mais centrada numa hierarquia regional e, a partir dela, no processo diferenciado que tomaria a dinâmica da economia, sob o impacto de políticas específicas de estabilização. Diferentemente da visão de John Redwood, estes últimos autores centram sua atenção no movimento mais conjuntural e de curto prazo, sobretudo na evolução do nível de emprego formal.

Numa tentativa de fazer o confronto entre o padrão de crescimento da economia do Nordeste e do Brasil, adotei como ponto de partida a análise da formação do mercado interno do país, com

3 Os autores se referem à primeira metade dos anos 80.

base em estudos desenvolvidos por Wilson Cano, e da integração produtiva entre as regiões brasileiras⁴.

As conclusões a que cheguei, na época, possuem algumas diferenças em relação às dos autores referidos anteriormente e se aproximam mais das que constavam do trabalho de John Redwood. Para mim, a configuração geral do crescimento da economia nordestina era a mesma da economia nacional: ambas cresciam e desaceleravam em períodos idênticos, fato já constatado em várias fases da industrialização brasileira por Wilson Cano (Cano, 1977 e 1985), como se fez referência. A diferença fundamental residiria no fato de que nos momentos de expansão, a economia brasileira alcançava taxas anuais maiores e nas fases de desaceleração as taxas apresentadas pela economia nacional seriam menores que as nordestinas (Guimarães Neto, 1989, p. 171).

A hipótese que então assinalava era a de que no Nordeste, dado o menor grau de industrialização e a quase inexistência dos segmentos produtivos mais vulneráveis aos movimentos cíclicos, como o de bens de capital, explicaria a evolução "mais contida" da economia regional, tanto nas fases mais intensas de expansão como naquelas de menor crescimento. Muito próximas, portanto, das constatações de John Redwood.

Mas o importante, e estava enfatizado no trabalho, era o fato de que a partir de um maior atrelamento do Nordeste à economia das regiões mais industrializadas do país e à interpenetração da economia nordestina pelos capitais originários sobretudo do Sudeste (fase de integração produtiva) – via, principalmente, incentivos fiscais e financeiros – a evolução do Nordeste teria passado a ser similar à das regiões mais industrializadas, "onde se iniciam os ciclos expansivos e depressivos". Neste particular, haveria uma aproximação com o padrão de difusão regional da dinâmica econômica, na visão de Cano, de Redwood e de Gomes, Osório e Ferreira Imão.

Gustavo Maia Gomes e José Raimundo Vergolino, examinando, também, o comportamento da economia brasileira no seu conjunto, e neste contexto o da economia nordestina, tecem alguns comentários sobre as generalizações feitas por mim a

4 A idéia que está por trás desta abordagem é a de uma periodização que considere, na formação do mercado interno brasileiro, a fase de *articulação comercial* e, no momento seguinte, quando grandes frações de capitais privados (por conta sobretudo dos estímulos fiscais e financeiros regionais) e estatais passam a marcar presença nas regiões periféricas, a fase de *integração produtiva* (Guimarães Neto, 1989).

respeito da alternância entre a aceleração econômica e desigualdades regionais. O comentário dos referidos autores à alternância referida pode ser resumido da seguinte maneira, usando suas próprias palavras: "De modo que, até meado dos anos 80, aproximadamente, a generalização de Guimarães Neto parece bastante válida. A partir daí, contudo, as coisas se invertem: as taxas de crescimento do PIB na fase de falsa recuperação (1984-86) são correspondidas por taxas mais altas no Nordeste (7,0% para o Brasil; 10,1% para o Nordeste). Em compensação, quando a crise volta a se manifestar, após o fracasso do Plano Cruzado, na fase que está sendo aqui denominada de hiperinflação reprimida (1987/93), a queda do PIB nordestino é muito mais brusca do que a do produto brasileiro" (Gomes & Vergolino, 1995, p. 16).

Um trabalho recente, de Carlos Américo Pacheco procura mapear o comportamento das regiões levando em conta os condicionantes de política econômica e a dinâmica cíclica do país (Pacheco, 1996). Sua ênfase embora seja dada às políticas econômicas adotadas e a sua relação com o processo de desconcentração regional, faz considerações relevantes a respeito do movimento cíclico da economia e sua relevância para a dinâmica das economias regionais. Neste particular, cabe o destaque para os seguintes aspectos: (i) o da ruptura que representa a fase de evolução da economia brasileira posterior ao ano de 1980, que, apesar "de estar recortada de períodos de recessão, recuperação, estagnação do produto, nova recessão e recuperação ... não se dever concluir por qualquer analogia com os ciclos anteriores. Não há mais uma dinâmica cíclica comandada endogenamente..."; (ii) da perspectiva regional, "o impacto mais importante dessa trajetória errática foi romper nexos de solidariedade inter-regionais, determinados pela montagem de estruturas produtivas relativamente complementares e pelo baixo grau de abertura comercial" (Pacheco, 1996, p. 79 e 80).

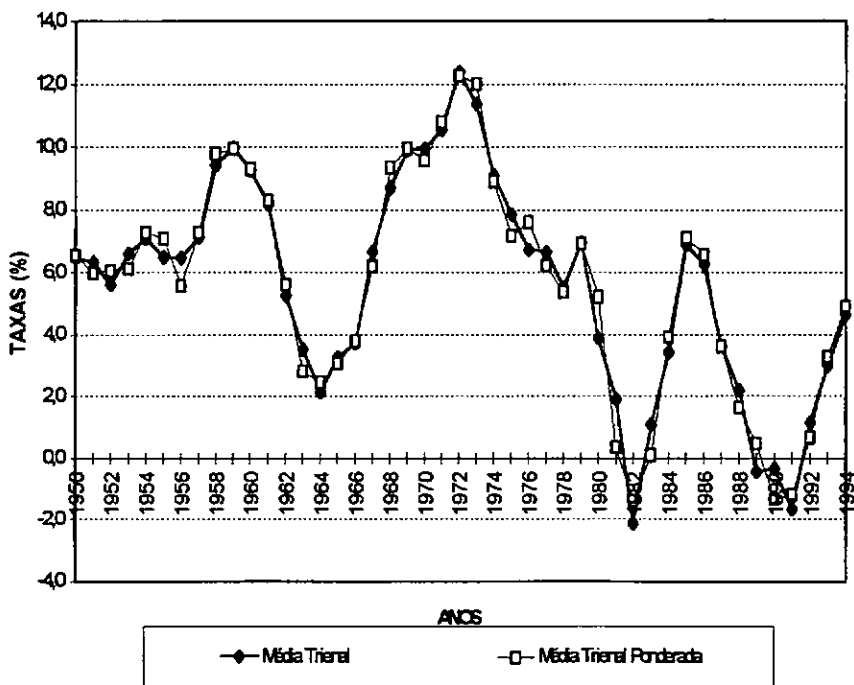
Não resta dúvida que essa advertência a respeito da natureza distinta do movimento nos anos 50, 60 e 70, relativamente aos anos 80 e 90 é da maior relevância para a análise da dinâmica regional.

O Movimento Cíclico Recente da Economia Brasileira

Com base nas informações sobre o produto interno bruto da economia nacional foi feita uma caracterização sumária do movimento cíclico recente da economia brasileira, de acordo com o que é

apresentado no gráfico 1⁵. Nele pode ser detectado um primeiro ciclo, com (i) uma fase ascendente que vai, *grosso modo*, de 1950 a 1960, na qual se destaca, na primeira metade da década uma expansão que conserva uma média anual em torno de 6% ou 6,5%, e na sua segunda metade um movimento bem mais acelerado do produto, com taxas bem superiores às referidas; e (ii) uma fase descendente que alcança seus momentos de menor expansão do produto nos anos intermediários da década de 60 (1963-65).

GRÁFICO 1: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO (MÉDIAS MÓVEIS TRIENAIS) -1950/94



Fonte dos dados básicos: FGV e IBGE.

5 O gráfico foi elaborado a partir de médias móveis trienais das taxas de crescimento do produto interno. Utilizou-se a média trienal simples $[(t_{n-1} + t_n + t_{n+1})/3]$ e ponderada $[(t_{n-1} + 2t_n + t_{n+1})/4]$. As estimativas das taxas são do IBGE.

A partir daí, esboça-se um novo ciclo, (i) com sua fase ascendente correspondente à segunda metade dos anos 60 e aos primeiros anos da década seguinte (1972-73) e sua fase descendente, que compreende anos de desaceleração, com taxas positivas de expansão econômica (e ainda significativas, nos anos 70) e taxas negativas na entrada dos anos 80.

Nos anos 80, o movimento cíclico muda sua configuração, relativamente às décadas anteriores, não só em razão de suas taxas menores como, sobretudo, em razão de sua menor duração. Nessa década, a partir da crise ocorrida nos seus primeiros anos, os dados registram um terceiro ciclo, com um movimento ascendente até 1985-86 e a partir daí uma fase descendente com um momento de desaceleração com taxas cada vez menores mas positivas, e um segundo momento com taxas negativas de evolução do produto nos anos finais da década de 80 e iniciais da década seguinte. As últimas informações, a partir de 1991-92 sugerem a presença de uma fase ascendente.

Em resumo, os dados sugerem nas décadas de 50, 60 e 70 um movimento cíclico de média duração, com dois ciclos com suas fases ascendentes e descendentes, e na década de 80 e 90, ciclos de pequena duração e com taxas médias de crescimento bem menores que as verificadas nas primeiras décadas referidas⁶. Se no período 1950-80, com seus altos e baixos, assistiu-se à montagem de uma economia diversificada com a expansão marcante da produção industrial – e que, de fato significou um atrelamento da economia nacional ao longo período de crescimento da economia capitalista no pós-guerra – nos anos compreendidos pelo período 1980-94 a economia nacional vive momentos de crise e instabilidade, registrando taxas médias de crescimento muito baixas, comparativamente com as décadas anteriores. Para usar a expressão recente de Celso Furtado, é interrompida, a partir dos anos 80, a construção da moderna e diversificada economia brasileira (Furtado, 1992)⁷.

6 Ignácio Rangel em vários dos seus trabalhos, sobretudo os publicados na Revista de Economia Política, tem chamado a atenção para os ciclos médios da economia brasileira, da "família dos estudados por Clement Juglar", aos quais chama de *juglarianos brasileiros* e os associa à implantação do capitalismo industrial no país, ressaltando o seu caráter endógeno (Rangel, 1985, p. 10).

7 A construção a que se refere Celso Furtado diz respeito à indústria mas tem um sentido muito mais amplo de constituição de uma economia diversificada, de consolidação de um mercado interno que integra as várias regiões e, sobretudo, está relacionada com a construção da sociedade brasileira.

No entanto, as diferenças dessa dinâmica da economia brasileira nos vários períodos considerados é bem mais complexa e abrange mais qualificações do que as feitas anteriormente. É importante lembrar, de modo muito sumário, pontos da interpretação de alguns autores, que ajudam a entender aspectos cruciais desse movimento cíclico. Conceição Tavares, em sua tese de livre docência, chama a atenção para a ruptura com o padrão de acumulação na economia brasileira que ocorre em 1933 e para o início de um outro, que vai desta data até o final da primeira metade dos anos 50, que corresponde a um período de industrialização no qual, “pela primeira vez na história da economia brasileira se combinam dois fatores contraditórios. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento da acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo, resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “autodeterminação” do processo de desenvolvimento” (Tavares, 1976, p. 118). A este período de 1933 a 1955, a economista referida, além de outros economista, denominaram, “provisoriamente”, com a expressão, que, de fato, tomou-se definitiva, de *industrialização restringida*.

É na fase seguinte, na visão de Conceição Tavares que tem início, com a implantação da indústria pesada, o caráter endógeno do processo de acumulação, ao qual, também, se referia Ignácio Rangel. A dimensão alcançada pelos segmentos produtores de bens de produção e de consumo duráveis imprimem na evolução da economia a presença de ciclos de expansão e de problemas de realização. Tais movimentos são identificados na sua análise, através de dois ciclos expansivos ou períodos de aceleração (de 1957-61 e 1968-73), separados por uma fase de desaceleração que compreendeu os anos de 1962 a 1967⁸.

Estes aspectos, pinçados de uma interpretação extremamente complexa do movimento cíclico da economia brasileira, permitem que se chame a atenção para mudanças

8 João Manuel Cardoso de Mello desenvolve também essa questão no capítulo sobre a industrialização retardatária de sua tese de doutoramento, de 1975, e só posteriormente publicada (Mello, 1982).

qualitativas que ocorrem no decorrer desses movimentos que escapam a um exame superficial dos indicadores do crescimento e desaceleração da economia. Na verdade, no período anteriormente descrito como fase ascendente do primeiro ciclo, correspondente aos anos 50, o que se verificou foi uma mudança do padrão de industrialização da economia que, de dependente que era, na sua dinâmica, de outras condições econômicas, notadamente das relações da economia brasileira com o exterior, passa a ter, no seu movimento interno, o determinante básico da sua dinâmica. Esta posição é reforçada pelas observações de Carlos Américo Pacheco, anteriormente mencionadas.

Esta advertência a respeito de mudanças qualitativas que ocorrem na economia na evolução do seu movimento cíclico deve ser considerada, evidentemente, nas fases mais recentes, notadamente a partir da década de 80. Mesmo antes desta data, na fase descendente do segundo ciclo, que tem início nos anos 1973-74, a economia brasileira passa a viver um momento econômico muito diferente do anterior e que corresponde ao final da grande fase expansiva do pós-guerra e ao momento da crise do padrão industrial vivida pelas economias capitalistas. Não esquecer a alta, nesta fase, dos preços do petróleo e a necessidade de reconversão da indústria em muitos países industrializados⁹. Na economia brasileira, o que ocorre no período 1974 e 1980 é o que alguns estudiosos chamam de fratura do padrão de crescimento e que se traduz, não obstante o esforço de continuidade da expansão e diversificação industrial e complementação da estrutura produtiva do país, através do II PND, numa "crescente desarticulação dos investimentos e uma trajetória diferenciada dos vários segmentos produtivos, em especial daqueles que se inserem com maior dinamismo no comércio internacional" (Cameiro, 1993, p. 152).

Os anos 80 e 90, que se caracterizam pela crise de grandes proporções já no seu início e pela instabilidade que se reflete nas altas e baixas dos ciclos de pequena duração, trazem como manifestação mais clara dos problemas que se acumularam o reduzido crescimento do produto e da formação bruta de capital fixo, salvo no período de 1984-86, e a redução significativa do coeficiente

9 Os representantes da escola de regulação francesa fazem referência, a este respeito, à crise do regime de acumulação fordista (Boyer, 1990) e Ignácio Rangel à fase descendente ("fase") do 4º ciclo de Kondratiev (Rangel, 1981 e 1990).

de investimento¹⁰. A transferência de recursos reais para o exterior, a crise fiscal e financeira do Estado, a aceleração inusitada do processo inflacionário e as várias experiências frustradas, ortodoxas e heterodoxas, de estabilização, completam o quadro complexo vivido pela economia brasileira de 1980 a 1994.

Os Ciclos e as Desigualdades Regionais

É no interior desse cenário que vão evoluir, com suas especificidades, no período 1950-94, as economias regionais brasileiras. Para se fazer o exame desta questão, tendo como referência os traços gerais da evolução da economia brasileira anteriormente descritos, optou-se pela comparação, no decorrer do tempo, da participação que as várias regiões tiveram no produto interno bruto do país. Ao se fazer isto, não se desconhecem muito dos problemas inerentes a este procedimento e que, em sua grande maioria, são insuperáveis, em razão da disponibilidade de dados existentes. Um primeiro diz respeito ao fato de que os dados do PIB utilizados foram elaborados por distintas instituições, notadamente a FGV (1950 a 1968), o IBGE (1970, 1975, 1980 e 1985) e, mais recentemente, o IPEA (1985-94), através de métodos diferentes e base de informações distintas. Um outro, reside no fato de que se trata de informações com valores correntes. É provável que evolução distinta dos preços nas economias regionais influenciem as participações consideradas e, portanto possam desautorizar algumas constatações apresentadas.

Outra questão que vem sendo considerada cada vez mais freqüentemente entre os pesquisadores que estudam a questão regional, é a do próprio recorte de regiões com o qual se trabalha atualmente. Neste particular, o que se assinala, com razão, é que a realidade brasileira, nos últimos quarenta anos, passou por transformações de tal ordem que a tradicional regionalização não permite que se detectem a dinâmica e as relações espaciais mais relevantes que hoje ocorrem no território nacional. Para um exame

10 As estimativas apresentadas por Ricardo Carneiro são as de evolução do PIB a taxa de -2,1% entre 1981 e 1983, de 7% entre 1984 e 1986 e de 2,1% entre 1987 e 1989. No que se refere à formação de capital, as taxas, para os mesmos anos foram, -11,7%, 11,2% e -2,2%. O coeficiente de investimento alcançou 19%, 17,6% e 17,4%, nos referidos anos, contra 22,1% no período 1970-73 e 24,8% no período 1974-76 e 23,3%, nos anos 1977-80 (Carneiro, 1993).

mais detido, remete-se às análises das distintas regiões brasileiras feitas no texto elaborado para o IESP da FUNDAP (Affonso & Silva, 1995).

O próprio tratamento dos dados é extremamente simples. Trata-se de identificar, graficamente, o comportamento distinto ou similar de algumas economias regionais e, a partir daí, fazer-se referência ao movimento cíclico da economia nacional e àquele das regiões¹¹. É evidente que um tratamento mais rigoroso poderia garantir maior segurança às conclusões que venham a ser apresentadas. Neste sentido, é importante enfatizar o caráter exploratório do presente trabalho.

Antes de se passar para a análise da evolução da participação das regiões, é importante levar em conta que as regiões brasileira e as suas unidades federadas, em geral, registram um intenso crescimento econômico quando a economia brasileira o faz, e uma desaceleração, ou decréscimo, quando acontece a desaceleração e decréscimo da economia nacional, como têm assinalados vários estudiosos da questão regional. Os dados da tabela 1A, em anexo, referentes às regiões e às Unidades da Federação revelam, sobretudo quando são comparadas as taxas de crescimento do produto interno estimado pelo IBGE para o período 1970-75, 1975-80 e 1980-85, que os traços gerais de comportamento são os mesmos. O que muda é a intensidade do crescimento. Isto permite que se chame, portanto, a atenção para o fato de que as grandes diferenças de comportamento residem mais na intensidade da evolução, das regiões e dos Estados, nas fases expansivas e nas fases de desaceleração. Não se trata, portanto, de situações nas quais algumas regiões cresçam e outras registrem declínio de suas economias.

O que as informações mostram é que nos anos 1970-75, enquanto a economia brasileira registrava uma taxa de crescimento em torno de 10,2% (aplicou-se o deflator implícito do produto à soma dos valores regionalizados do produto), o Nordeste e o Norte expandiam-se a uma taxa igual de 9,2%; o Sudeste a 10% e o Sul e Centro-Oeste, respectivamente, a uma taxa de 11,5% e 11,3% ao ano. Já nos anos 1975-80, as taxas são de 6,7% (Brasil), 15,8%

11 Nos gráficos que seguem as participações das regiões (e de Estados) verificadas em 1950 foram consideradas como iguais a 100. Como não existe uma série completa de informações, faltam, no período, 1950-94, alguns anos (1989, 1971-74, 1976-79, 1981-1984). Chama-se a atenção, neste particular, para o fato de que isto não foi considerado na escala do eixo horizontal dos gráficos.

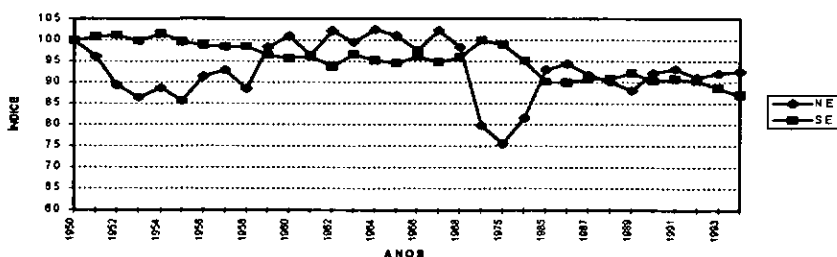
(Norte), 8,1% (Nordeste), 6% (Sudeste), 5,8% (Sul) e 11,7% (Centro-Oeste). Na primeira metade dos anos 80, quando a economia, como um todo entre numa fase de crise e instabilidade, as taxas são: 1,9 (Brasil), 5,2% (Norte), 4,1% (Nordeste), 1% (Sudeste), 2% (Sul) e 3,6% (Centro-Oeste). Não obstante as diferenças, os traços gerais do comportamento das economias regiões guardam semelhanças e compartilham da mesma trajetória.

Nordeste e Sudeste. Uma primeira comparação a ser feita com relação à participação no produto interno diz respeito ao Nordeste e o Sudeste. O gráfico 2 mostra que enquanto a participação do Sudeste é relativamente linear com uma tendência declinante, a do Nordeste oscila significativamente, alternando fases na qual a linha representativa da participação da região se localiza em posição inferior do gráfico, relativamente ao Sudeste, e parte em que muda sua posição.

O exame das oscilações referidas para o caso do Nordeste mostra que a região reduz sua participação, relativamente ao ano 1950 (=100), no período 1950-61 e, mais adiante, nos anos 1975-85. Entre os anos 1961 e 1970, o Nordeste fica na posição superior do gráfico, comparativamente à linha do Sudeste.

Isto mostra que na fase ascendente do primeiro ciclo referido, ou seja na década de 50, ou pelo menos na maior parte dos anos por ela compreendidos, a economia nordestina perdeu posição relativa, no contexto nacional. Tal posição passa a ser recuperada na fase descendente do ciclo, nos anos da primeira metade da década de 60 e os anos iniciais da sua segunda metade; para, em seguida, já na maior parte dos anos da fase ascendente (segunda metade dos anos 60 e anos iniciais da primeira metade da década de 70) do segundo ciclo vir a perder, de novo, posição relativa.

GRÁFICO 2 - NORDESTE E SUDESTE: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PIB (1950=100)



Fonte dos dados básicos: FGV, IBGE e IPEA.

O que os dados sugerem, portanto, nos anos que abrangem as décadas de 50, 60 e 70, quando o país realiza o esforço de montagem e consolidação da sua base industrial, é que nos momentos de maior dinamismo uma região periférica como o Nordeste, que não participou da montagem dessa estrutura¹², pelos menos nos seus segmentos mais relevantes, perde posição relativa, enquanto que nas fases críticas, nas quais, com acentuavam alguns dos analistas referidos anteriormente (Gomes, Osório e Ferreira Irmão, 1985), os segmentos formais, em particular a indústria e as atividades urbanas, tendem a ser mais atingidos pelas políticas restritivas ou de estabilização, as regiões menos industrializadas tendem a ganhar posição relativa.

Alguns comentários adicionais devem ser feitos em relação aos anos 80 e 90. Num contexto de instabilidade econômica e crise, no qual surgem pequenos surtos de expansão seguidos de retração da economia e, ademais, de crise fiscal e financeira do Estado que passa a adotar planos seguidos de estabilização, em razão do crescimento inusitado da inflação, a apreensão da evolução das desigualdades das economias regionais fica mais difícil. O que o gráfico mostra é que, ainda, há alternância de posição entre o Nordeste e o Sudeste, nos pequenos ciclos que se sucedem e que menos do que um movimento de montagem de uma nova estrutura produtiva, o que se têm, neste período, são altos e baixos na atividade econômica associados às políticas conjunturais e de estabilização adotadas. Cabe o registro de que, conforme assinalam Gomes e Vergolino (1995), no pequeno período de expansão que tem seu auge em 1986, período de "falsa recuperação", como denominam, o Nordeste melhora a sua posição relativa, não obstante, a partir de 1985 a trajetória da sua participação tende a se confundir com a do Sudeste.

A consideração de alguns aspectos da evolução dessas economias regionais ajudam a entender o movimento ocorrido. Relativamente ao Nordeste, é importante considerar que desde o início dos anos 60 começa a ter vigência a política de desenvolvimento regional que se traduziu, de fato, em novas formas de atuação do Estado na economia nordestina. A ampliação da infra-estrutura econômica, os estímulos fiscais e financeiros são, sem dúvida, pontos

12 Para que se tenha uma idéia do grau de concentração industrial na fase inicial de montagem da indústria pesada no país é suficiente afirmar-se que São Paulo e o Sudeste detinham, respectivamente, 54,3% e 77,5% do produto interno bruto industrial em 1960, enquanto que o Nordeste registrava 8%, segundo estimativas da FGV.

relevantes na definição da evolução ocorrida. A região, como se fez referência, registrou taxas inferiores às da economia nacional na fase expansiva que ficou conhecida como a do “milagre econômico” (fase ascendente do segundo ciclo assinalado no gráfico 1), embora tenha apresentado um relativo dinamismo: taxa de 5,8%, entre 1967-73, contra 9,4% da economia nacional. É, sobretudo, no final da primeira metade e na segunda metade dos anos 70 que a região, já na fase descendente do segundo ciclo, passa a apresentar taxas maiores que as do país (7,5% entre 1974-80, contra 6,8% do país).

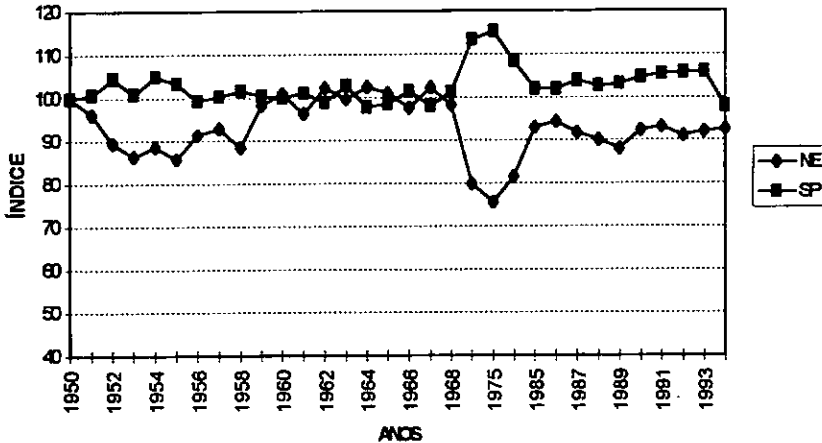
O que se constatou anteriormente tem a ver, entre outras razões (por exemplo, a maturação dos investimentos industriais que estavam sendo implantados no final dos anos 60 e anos iniciais da década de 70), com a implantação e início da produção do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, que absorveu significativos investimentos públicos e privados (Souza & Araújo, 1983; Martins & Théry, 1981). Neste, particular, a região foi beneficiada pelo II PND, na sua tentativa de complementação da estrutura industrial do país através de produção interna de insumos básicos. Não é sem razão que o produto interno baiano passa de uma participação de 3,8%, em 1970, no produto interno brasileiro, para 5,2% em 1985, de acordo com estimativas do IBGE. É na tentativa de se garantir uma sobrevida ao “milagre econômico”, já na fase descendente do ciclo, que o Nordeste se integra mais fortemente às regiões mais industrializadas.

São Paulo e Nordeste. A comparação da trajetória do Nordeste e de São Paulo evidencia alguns pontos do comportamento cíclico de uma região periférica e da região central da economia brasileira, confirmando o que se assinalou anteriormente. Isto pode ser visualizado através do gráfico 3. Neste caso, fica mais clara a alternância entre a “região” industrial do país, por excelência, e a periferia nordestina. São Paulo aumenta, nitidamente, sua participação na fase ascendente do primeiro ciclo (os anos da década de 50), passa a se confundir, na sua trajetória, com a do Nordeste na fase de crise política, desaceleração e reformas econômicas, concentrada, em grande parte, na primeira metade dos anos 60 e que corresponde, como se ressaltou anteriormente, à fase descendente do primeiro ciclo.

No segundo ciclo, na sua fase expansiva (segunda metade dos anos 60 e anos iniciais da primeira metade da década de 70) cujo dinamismo se deveu, em grande parte, às reformas realizadas na fase descendente anterior (Tavares & Assis, 1985), a trajetória de São Paulo volta a se distanciar daquela do Nordeste, para, com o

avançar dos anos, a partir da segunda metade dos anos 80, seguir caminho quase paralelo ao da região. É importante notar, ainda, que à altura dos anos iniciais da década de 80, quando a economia nacional aprofundando a desaceleração pós-"milagre econômico", passa a registrar taxas negativas de crescimento, começa a ocorrer uma convergência de trajetórias entre o Nordeste e São Paulo. Este, reduzindo sua participação, e o Nordeste, seguindo trajetória contrária.

GRÁFICO 3 : NORDESTE E SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB (1950=100)

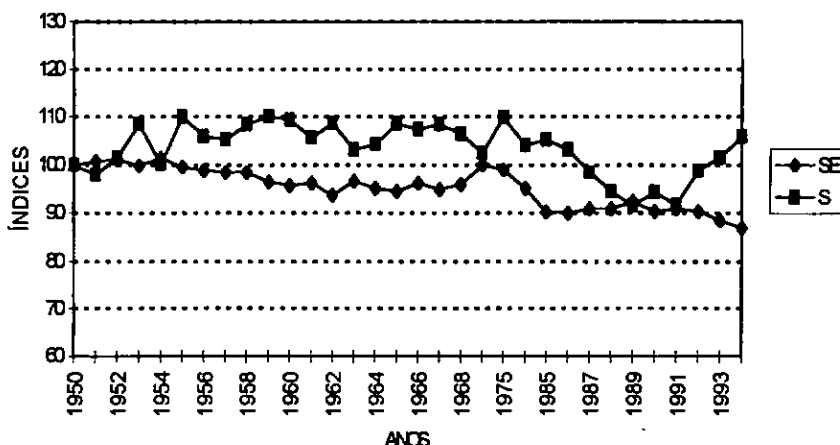


Fonte dos dados básicos: FGV, IBGE e IPEA

Sudeste e Sul. O que se constatou para a comparação entre o Nordeste, de um lado, e o Sudeste e São Paulo, de outro, parece não ser válido para o confronto entre o Sudeste e a Região Sul ou as regiões de fronteira (Centro-Oeste e Região Norte). De fato, começando pelo Sul, as trajetórias apresentadas no gráfico 4 revelam aspectos distintos daqueles comentados anteriormente. Comparado com o Sudeste, o Sul a partir da segunda metade dos anos 50 define uma trajetória de aumento da sua participação que permanece num patamar superior, quase constante, relativamente ao Sudeste, até o

meado dos anos 80, quando registra um declínio e a linha representativa da sua trajetória tende a se confundir com a do Sudeste. Vale registrar, no final do período considerado, um aumento significativo da participação do Sul no produto interno, segundo estimativa do IPEA (Silva et alii 1996), aumento que necessita ser investigado mais a fundo.

GRÁFICO 4: SUDESTE E SUL: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB (1950=100)



Fonte dos dados básicos: FGV, IBGE e IPEA

Essa trajetória do Sul, bem distinta daquela do Nordeste e do Sudeste, embora siga os traços gerais da economia nacional – cresce quando ela se expande e apresenta uma desaceleração quando a economia brasileira se desacelera – sugere algumas particularidades. Uma delas, seguramente, está associada à modernização e ao desenvolvimento agrícola e agro-industrial da região nos anos 60 e 70. De fato, de uma participação de 22,3% no produto agrícola do país em 1950, a região salta para 27,6%, para 28,4% em 1965 e alcança 33,4% em 1970 e 32,2% em 1975. Isto significa que parte relevante do território da região, depois de ser

fronteira agrícola para a produção do café (notadamente o Paraná), em décadas anteriores, passa, com a modernização agrícola, a se constituir fronteira para a expansão da moderna agro-indústria brasileira intimamente vinculada à exportação.

Em outras palavras, até meados da década de 70, antes que as novas áreas de fronteira se abrissem para a penetração dos capitais voltados para a produção e processamento de grãos no Centro-Oeste e em Estados da Amazônia – e alguns do Nordeste, em menor proporção – o Sul se constituiu a área privilegiada para o desenvolvimento agro-industrial com impactos significativo, dado o caráter moderno da sua agricultura, sobre a atividade urbana, notadamente a industrial e, neste setor, a indústria de máquinas, equipamento, implementos e insumos modernos voltados para o setor primário¹³.

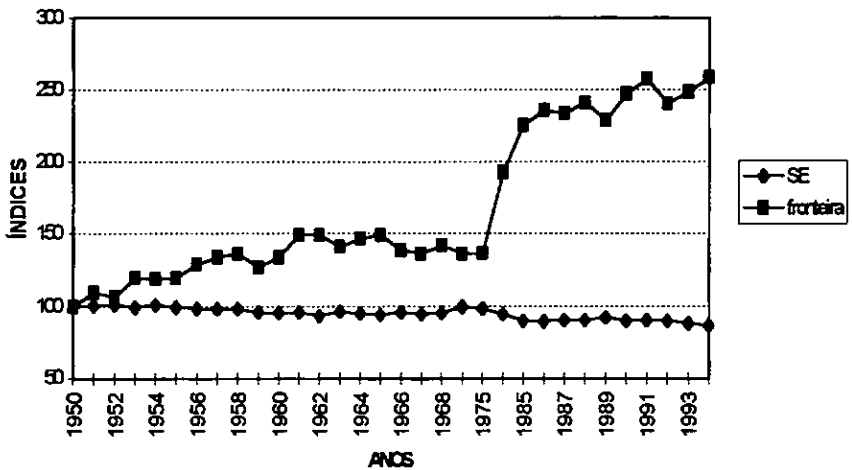
Estudo realizado por Clélio Campolina Diniz, revela que na produção de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) a Região Sul passa de uma média trienal correspondente a 38,8% da produção nacional em 1959-61, para 45,6% em 1968-70, para 59,8% em 1974-76 e 59,1% em 1979-81. Considerando-se os sub-períodos extremos, dos anteriormente citados, o Paraná passa de uma participação de 12,5% para 26,2% (Diniz, 1995). Este aumento de participação se dá em detrimento da importância relativa do Sudeste.

Ocupando espaços econômicos a partir de políticas específicas de desenvolvimento e modernização agro-industrial, associada a estímulos, também, voltados para a exportação, a Região Sul definiu e caminhou numa trajetória que lhe garantiu um aumento de participação no produto interno nacional, com menor grau de oscilação que o verificado no Nordeste.

Sudeste e Regiões de Fronteira. O que se pode afirmar, nesta comparação, com relação ao Sudeste e as regiões de fronteira? Algumas pistas podem ser obtidas a partir dos dados apresentados no gráfico 5. Foram aqui consideradas como regiões de fronteira a Região Centro-Oeste e a Região Norte, somadas, sem computar a participação do Distrito Federal.

13 Para uma análise sobre a dinâmica recente do Sul ver trabalho de Pedro Silveira Bandeira (Bandeira, 1995).

GRÁFICO 5: SUDESTE E FRONTEIRA (N+C/O): EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PIB (1950=100)



Fonte dos dados básicos: FGV, IBGE e IPEA

Um primeiro ponto a ser considerado é que desde o primeiro ano da série adotada as regiões de fronteira se distanciam, na participação relativa, da trajetória da região mais industrializada. Ocorre um crescimento contínuo da sua participação até o início dos anos 60, que depois tende a se manter até alcançar os primeiros anos da década de 80. A partir de então, verifica-se um salto significativo na participação das regiões de fronteira que tende a se estabilizar nos anos 90.

Com uma participação relativa pequena, semelhante à do Nordeste, no produto interno do país, o Norte e o Centro-Oeste passaram por transformações da maior relevância neste período¹⁴. Aqui, vale a pena retomar algumas idéias de Clélio Campolina Diniz

14 Na última estimativa publicada do IBGE (para 1985), o Centro-Oeste registrou uma participação de 6% no PIB brasileiro (incluindo na região o Distrito Federal, que representava 2,2%) e a Região Norte cerca de 4,1%.

e sua análise recente sobre a dinâmica regional do país, notadamente a que se refere ao papel da fronteira agrícola e da fronteira mineral desempenhado pelas referidas regiões.

No que se refere à fronteira agrícola, não se deve deixar de considerar que tanto a Região Norte como o Centro-Oeste, sobretudo esta última região, passaram a abrigar a continuidade do avanço da moderna agricultura brasileira nas áreas de menor densidade demográfica e de maior disponibilidade de terras, além do avanço da atividade pecuária. De fato, voltando às estatísticas de produção de grãos, o Centro-Oeste que em 1959-61 representava 9,3% da produção nacional (como média dos referidos anos), em 1992-94, apresentava uma participação média de 21,9%. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nesses mesmos anos registravam uma participação de 2,5% e 13,6% (Diniz, 1995, p. 18). É importante registrar que o salto na participação relativa do Centro-Oeste ocorre, na produção de grãos quando a participação do Sul se estabiliza e, posteriormente, declina, e, ademais, que parte relevante dos capitais que foram investidos nessa atividade eram, em grande parte, de grupos econômicos do Sul e Sudeste¹⁵. A participação da Região Norte na produção de grãos, embora bem menor, também registra um aumento significativo: de 0,6% em 1959-61 para 2,8% em 1989-91 e 2,4% em 1992-94. No que se refere à pecuária, vale registrar que a participação dessas regiões de fronteira que em 1960 era de 20% alcança 40,3% em 1990, no total do efetivo bovino do país.

A desconcentração da produção mineral também explica a trajetória da participação das regiões de fronteiras no produto interno do país. A referência de algumas constatações de estudo recente permite que se tenha uma idéia clara dos processos ocorridos, neste caso. O estudo de Campolina Diniz, por exemplo, destaca as profundas alterações regionais na produção mineral, com a concentração recente dos investimentos mais significativos fora do Sudeste: "Neste sentido, estima-se que o Pará absorveu mais de 50% dos investimentos no setor mineral na década de 80, devendo, no médio ou longo prazos, disputar com Minas Gerais a posição principal de estado minerador do país, graças às reservas de ferro, manganês, cobre, estanho, bauxita e outro, da região de Carajás, e

15 A estabilização da participação do Sul na produção nacional de grãos se dá, de acordo com o trabalho de Clélio Campolina Diniz, em 1974-76 (59,8%) e 1979-81 (59,1%). O Centro-Oeste passa de 10,9% em 1974-76, para 14,4% em 1979-81 e 18,9% em 1984-86. Em 1989-91 quando estabiliza sua participação, registra, aproximadamente, 22,4% (Diniz, 1995, p. 18). Para exame da expansão da agroindústria na fronteira consultar trabalho de Ana Célia Castro e Maria da Graça D. Fonseca (Castro e Fonseca, 1992).

bauxita, caulim e outro existentes também em outras regiões desse estado”/ Em seguida vêm os estados de Goiás, em função de amianto, estanho, fosfato e nióbio, e da Bahia, com pauta mineral diversificada”. (Diniz, 1995, p. 24).

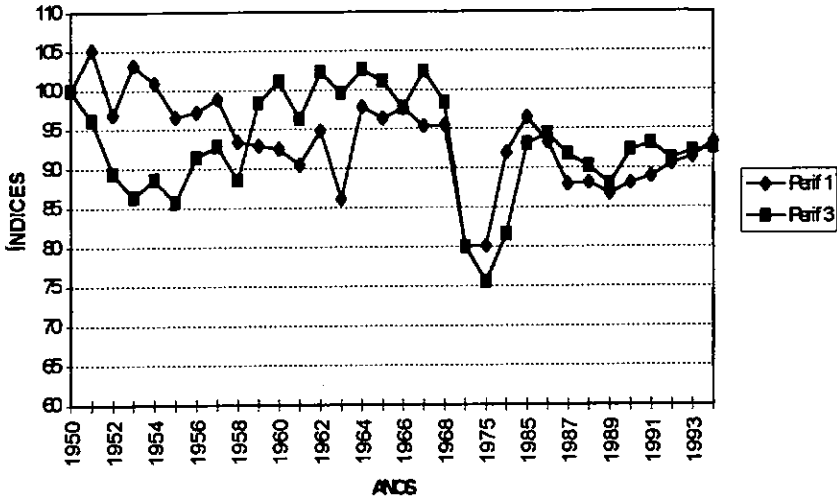
Essas constatações são reforçadas por outros estudos que assinalam ao lado das grandes transformações em curso, sobretudo no Norte, em particular no Pará, o grande potencial de recurso minerais da região. Além disso, tais pesquisas dão ênfase à atividade de beneficiamento que poderia vir a consolidar, no futuro, um “novo pólo siderúrgico” fora da região mais industrializada (Lobo, 1989; Machado, 1992).

Além desses aspectos, não se pode esquecer o impacto que teve na dinâmica econômica de sub-regiões do Norte a concentração dos investimentos no pólo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus. Embora registre, ainda, um pequeno percentual na geração do produto interno do país, a sua participação mais que duplicou entre 1970 e 1985, e isto seguramente se deve aos incentivos fiscais e financeiros voltados para o indústria e o comércio concentrados em Manaus.

As Periferias. Alguns aspectos podem ser ressaltados na evolução das economias regionais a partir da comparação entre as regiões que para efeito dessa análises são denominadas de “periféricas”. Neste sentido foram consideradas três regiões periféricas, excluindo-se as de fronteira, sumariamente analisadas anteriormente: Minas Gerais e Espírito Santo (periferia 1), Sul (periferia 2) e Nordeste (Periferia 3). Tais “regiões” são posteriormente comparadas com a “região central”, mais industrializada (Rio de Janeiro e São Paulo).

Uma primeira comparação pode ser feita relacionando a trajetória da participação de Minas e Espírito Santo (periferia 1) com o Nordeste (periferia 3), através do gráfico 6. O que se constata é que no primeiro ciclo aqui considerado, tanto da sua fase ascendente quanto na descendente, Minas e Espírito Santo têm uma trajetória similar à do Sudeste, em seu conjunto, mantendo, relativamente ao Nordeste, a trajetória de sua participação similar à do ano base, para em seguida, já na fase descendente, reduzir significativamente a sua participação. A linha representativa de Minas e Espírito Santo, na fase descendente, situa-se no plano inferior à do Nordeste.

GRÁFICO 6: PERF 1 (MG+ES) E PERF 3 (NE): EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB (1950=100)



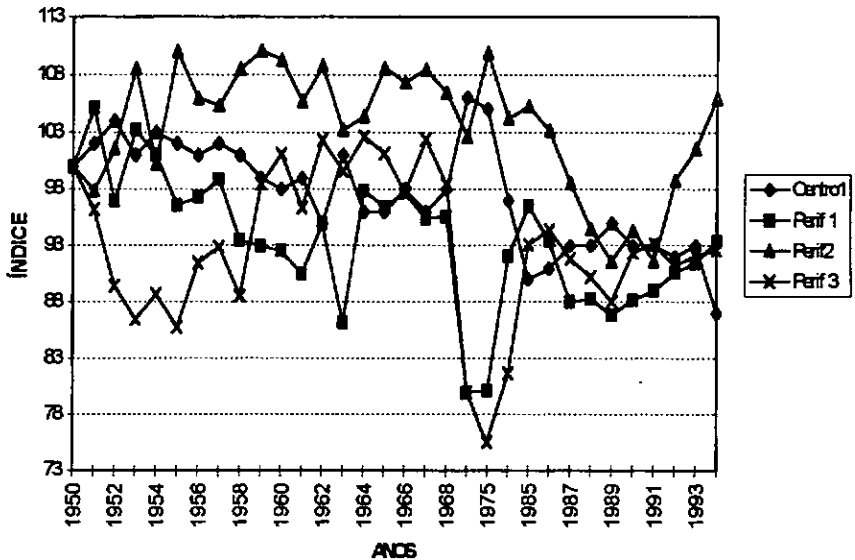
Fonte dos dados básicos: FGV, IBGE e IPEA

No segundo ciclo, após a fase de desaceleração e de reformas do primeiro ciclo, a trajetória de Minas e Espírito Santo passa a ser similar à do Nordeste. Ou seja, o comportamento da “região periférica” mais próxima ao centro industrial do país, compreende, de um lado, comportamento semelhante ao do Sudeste e, de outro, trajetória que está mais próxima de outra “região periférica”, como a nordestina. Essa identificação com a trajetória nordestina tem início nos anos 70 e prossegue até o final dos anos considerados.

O gráfico 7, procura reunir as diferentes regiões brasileiras, com exceção das duas de fronteira, com um corte regional que considera um “centro industrial” (São Paulo e Rio), a “periferia 1” (Minas e Espírito Santo), a “periferia 2” (Sul) e a “periferia 3” (Nordeste). Um analista mais paciente, percorrendo as linhas representativas da trajetória das participações das regiões, poderia

identificar, no referido gráfico: (i) a trajetória do Sul (periferia 2) na parte superior do gráfico, que passa a se tornar similar à das demais regiões a partir da segunda metade dos anos 80; (ii) a do “centro industrial”, declinante e quase linear, até a fase expansiva do segundo ciclo (o “milagre econômico”), com um declínio a partir de 1975; (iii) e o comportamento da “periferia 1” e da “periferia 3” que se separa no primeiro ciclo e se aproxima na segundo ciclo e na fase de crise, instabilidade e estagnação dos anos 80 e 90.

GRÁFICO 7: CENTRO (RJ+SP), PERF 1(MG+ES), PERF 2 (S) E PERF 3 (NE): EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO PIB (1950=100)



Fonte dos dados básicos: FGV, IBGE e IPEA.

Considerações Finais

Da perspectiva metodológica, partir do movimento mais geral da economia nacional para estudar a dinâmica das economia

regionais constitui um procedimento muito útil no sentido de apreender, não só as especificidades da evolução de cada região, como as formas através das quais ocorre a articulação com a região ou regiões que definem a dinâmica da economia nacional.

O exame feito a partir de informações, sem dúvida, ainda insuficientes, permite que se constate que não obstante seguirem, em seus traços gerais, a trajetória da economia nacional e da economia regional que, seguramente, comanda a dinâmica da economia brasileira, as demais regiões guardam especificidades que se devem não só à divisão regional de trabalho – um grande centro industrial e regiões com suas “especializações” – mas sobretudo à forma como, no decorrer do tempo, nas distintas fases do desenvolvimento da economia nacional, vão-se inserindo mais fortemente no movimento cíclico da economia brasileira. As regiões periféricas, com estruturas produtivas bem menos complexas que a da região mais industrializada, podem traçar trajetórias diferenciadas na medida que se constitui, ou fronteira onde se dá o avanço da exploração de recursos naturais (solos para agricultura ou recursos minerais) e de suas potencialidades, ou, ainda, em razão da localização de determinados investimentos que mesmo de reduzido porte provoca impacto considerável sobre sua economia.

Estão associadas a estes fatos, as trajetórias semelhantes ou diferenciadas, relativamente à região mais industrializada, que as demais regiões registraram no país nas últimas décadas.

As informações sugerem, além disso, que passada a fase de montagem da complexa estrutura industrial, no momento em que a economia brasileira passa a viver crise econômica, instabilidade e intensos processos inflacionários, as regiões adotam trajetórias de participação no produto interno muito semelhantes, nas quais nem a concentração nem a desconcentração econômica podem ser detectadas.

A maior disponibilidade de informações, notadamente relacionadas com as contas regionais e com as relações comerciais interestaduais e inter-regionais, a adoção de novos cortes regionais ou nova regionalização e, evidentemente, um tratamento mais sofisticado das informações poderão trazer contribuições relevantes a respeito da evolução das regiões e da especificidade de suas dinâmicas no contexto do movimento da economia nacional.

Referências Bibliográficas

- AFFONSO, Rui de Britto Álvares & Silva, Pedro Luiz Barros (organizadores). *Federalismo no Brasil – Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. FUNDAP/IESP. São Paulo. 1995.
- _____ & _____ (organizadores). *A Federação em Perspectiva - Ensaio Selecionados*. FUNDAP. São Paulo. 1995a.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. A Economia da Região Sul. In: Affonso, Rui de Britto Álvares & Silva, Pedro Luiz Barros (organizadores). *Federalismo no Brasil – Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. FUNDAP/IESP. São Paulo. 1995.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Difel. São Paulo. 1977.
- _____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930-1970*. UNICAMP/Global. São Paulo. 1985.
- CARNEIRO, Ricardo. Crise, Ajustamento e Estagnação – A Economia Brasileira no Período 1974-89. In: *Economia e Sociedade*. Nº 2. Agosto de 1993.
- CASTRO, Ana Célia & Fonseca, Maria da Graça D. O Potencial do Agribusiness na Fronteira. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Economia*. ANPEC. Campos de Jordão. 1992.
- DINIZ, Clélio Campolina. A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e Suas Perspectivas. IPEA. Brasília. 1995. *Texto para Discussão Nº 375*.
- GOMES, Gustavo Maia; Osório, Carlos & Ferreira Irmão, José. *Recessão e Desemprego nas Regiões Brasileiras*. PIMES/UFPE. Recife. 1985.
- _____ & Vergolino, José Raimundo. A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordeste: 1960/1994. IPEA. Brasília. 1995. *Texto para Discussão n. 372*.

- FURTADO, Celso. *Brasil – A Construção Interrompida*. Paz e Terra. Rio. 1992.
- GUIMARÃES Neto, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. FUNDAJ/ Massangana. Recife. 1989.
- LOBO, Marco Aurélio Arbage. *Estado e Capital Transnacional na Amazônia: o Caso da Albrás-Alunorte*. UFPA Belém. 1989. (mimeo.)
- MACHADO, Paulo Fernando. *O Pólo Siderúrgico de Carajás: Gênese de uma Nova Região Industrial?* UFPA. Belém. 1992. (mimeo.)
- MARTINS, Luciano & Théry, Hervé. *A Problemática dos “Pólos de Desenvolvimento” e a Experiência de Camaçari*. CNRS. Paris. 1981 (mimeo.).
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense. São Paulo. 1982.
- PACHECO, Carlos Américo. *A Questão Regional Brasileira Pós 1980: Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional*. IE/UNICAMP. Campinas. 1996. Tese de doutoramento.
- RANGEL, Ignácio. A História da Dualidade Brasileira. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 1, nº 4. Outubro-Dezembro de 1981.
- _____. Recessão, Inflação e Dívida Externa. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 5, nº 3. Julho-Setembro de 1985.
- _____. O Quarto Ciclo de Kondratiev. *Revista de Economia e Política*. Vol. 10, nº 4. Outubro-Dezembro de 1990.
- REDWOOD III, John. Evolução Recente das Disparidades de Renda Regional no Brasil. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Volume 7. Número 3. Rio. Dezembro de 1977.
- SILVA, Antônio Braz de Oliveira et alii. *Produto Interno Bruto por Unidade da Federação*. IPEA. Rio. 1996. Texto para Discussão Nº 424.

SOUZA, Aldemir do Vale & Araújo, Tarcísio Patrício de. O Complexo Petroquímico de Camaçari e o Emprego Urbano. In: CME/PIMES/UFPE. *A Ação do Setor Público e o Mercado de Trabalho no Nordeste*. Recife. 1983. (mimeo).

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. UFRJ. Rio. 1975. (mimeografada). Tese de Livre Docência.

_____ & Assis, J. Carlos de. *O Grande Salto para o Caos*. Jorge Zahar Ed. Rio. 1985.

TABELA 1A: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB, SEGUNDO REGIÕES E ESTADOS
1970-85

ESTADOS E REGIÕES	Taxa de Crescimento Médio Anual (%)		
	1970/75	1975/80	1980/85
<i>NORTE</i>	9,23	15,79	5,31
Rondônia	12,40	22,68	12,51
Acre	1,06	14,51	5,07
Amazonas	11,56	14,23	4,58
Roraima	9,77	11,30	9,49
Pará	8,96	14,36	4,72
Amapá	-0,95	12,59	7,14
Tocantins	—	—	-1,17
<i>NORDESTE</i>	9,19	8,11	4,10
Maranhão	8,00	9,36	5,14
Piauí	9,74	7,55	3,63
Ceará	8,21	9,91	3,78
R.G do Note	11,82	8,16	7,21
Paraíba	9,73	5,67	2,74
Pernambuco	8,77	5,64	0,88
Alagoas	8,73	7,71	3,23
Sergipe	8,76	6,29	11,40
Bahia	9,69	9,58	4,84
<i>SUDESTE</i>	10,01	6,03	0,96
Minas Gerais	10,55	8,72	2,45
Espírito Santo	7,93	13,06	3,95
Rio de Janeiro	8,64	4,83	-0,03
São Paulo	10,51	5,66	0,79
<i>SUL</i>	11,48	5,79	2,02
Paraná	13,73	4,44	2,77
Santa Catarina	11,15	9,51	1,40
R.G do Sul	10,04	5,45	1,70
<i>C. OESTE</i>	11,32	11,65	3,63
MT + MS	12,23	12,83	3,27
M. G. do Sul	—	12,68	0,62
Mato Grosso	12,23	13,11	7,33
Goiás	10,29	8,68	4,38
D. Federal	11,73	13,58	3,29
<i>BRASIL</i>	10,21	6,73	1,85

Fonte: IBGE, Contas Nacionais